

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt  
www.cm-ilhavo.pt  
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

## ÍNDICE

Cláusula 1º - Objeto.....	2
Cláusula 2ª - Definições .....	2
Cláusula 3ª - Contrato.....	2
Cláusula 4.ª - Preço base .....	2
Cláusula 5.ª - Preço Contratual .....	2
Cláusula 6.ª – Especificações dos Serviços a Prestar .....	3
Cláusula 7.ª - Prazo .....	4
Cláusula 8ª - Cronograma Financeiro .....	4
Cláusula 9.ª - Obrigações do Prestador de Serviços .....	4
Cláusula 10.ª – Forma de Prestação do Serviço.....	5
Cláusula 11.ª - Transferência da Propriedade .....	5
Cláusula 12.ª – Faturação e Pagamentos .....	5
Cláusula 13.ª - Caução .....	5
Cláusula 14ª - Sigilo e confidencialidade .....	5
Cláusula 15.ª - Força Maior .....	6
Cláusula 16ª - Direitos de propriedade intelectual .....	6
Cláusula 17ª - Resolução de litígios .....	6
Cláusula 18ª - Notificações e Comunicações.....	7
Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual .....	7
Cláusula 20.ª – Contagem dos Prazos.....	7
Cláusula 21.ª - Legislação Aplicável.....	7

### **Cláusula 1ª - Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende todas as obrigações contratuais a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para o Município de Ílhavo.

### **Cláusula 2ª - Definições**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos são adotadas as definições decorrentes do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 3ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos e todos os documentos que dele façam parte integrante;
  - b) Os esclarecimentos prestados e o suprimento de erros e omissões do Caderno de Encargos desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão com competência para adjudicar;
  - c) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada e todos os documentos que dela são parte integrante.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 4.ª - Preço base**

O preço base global é inferior a €74.750,00€ (setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta euros) a que acresce o IVA, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

### **Cláusula 5.ª - Preço Contratual**

1. Pela aquisição do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Ílhavo deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Ílhavo, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de

aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Especificações dos Serviços a Prestar**

1. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:
  - a. Fase 1 – Recolha de Dados;
  - b. Fase 2 – Tratamento de Dados e Elaboração de Diagnóstico;
  - c. Fase 3 – Definição de Estratégia;
  - d. Fase 4 – Versão Final do Plano com Programação das Ações a Desenvolver:
    - i. A programação das ações terá, preferencialmente, uma organização por prioridade de implementação (curto, médio e longo prazo);
    - ii. As ações deverão ter uma estimativa de investimento associada, identificando possíveis fontes de financiamento e intervenientes a envolver na implementação das ações.
2. O decorrer dos trabalhos deverá prever não apenas a realização de sessões de trabalho, como também experimentação com a comunidade.
3. A elaboração do PMUS deverá também contemplar, de forma integrada no plano, a definição de um método/ programa para a Avaliação e Monitorização da Implementação do Plano, dando nota de eventuais métricas de avaliação.
4. Como complemento à elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, com as fases descritas em 1., é também realizado de um Estudo de Tráfego na cidade da Gafanha da Nazaré, a integrar nos trabalhos da Fase 1.
5. No âmbito do estudo referenciado no número anterior, a definição dos locais de contagem deverá ser alvo de validação prévia do Município de Ílhavo.
6. Na fase indicada na alínea a. do ponto 1. da presente Cláusula, pretende-se que os dados a recolher incidam sobre diversas temáticas, como os padrões de mobilidade, a rede viária (com caracterização da infraestrutura), transporte público, transporte escolar, modos ativos de deslocação, circulação de veículos pesados, segurança rodoviária, qualidade do ambiente urbano, ocupação do território, procurando estabelecer de que forma é que cada um destes parâmetros impacta o território.
7. Na fase indicada na alínea b. do ponto 1. da presente Cláusula, pretende-se caracterizar o território através dos dados recolhidos na fase anterior, para compreensão do funcionamento do sistema de mobilidade do Município de Ílhavo, com a apresentação de um diagnóstico detalhado relativo à Mobilidade e ao seu impacto no Município e que cumpram com as melhores práticas no âmbito da elaboração de PMUS.
8. Na fase indicada na alínea c. do ponto 1. da presente Cláusula, será elaborada e definida a estratégia, com base não apenas nos resultados das fases anteriores, mas também nas sessões de trabalho e experimentação com a comunidade, conforme previsto no número 2 da presente Cláusula, para definição de propostas concretas de intervenção.

9. Na fase indicada na alínea d. do ponto 1. da presente Cláusula, será desenvolvido, de forma detalhada o PMUS, com as indicações já expostas na referida alínea e consubstanciar-se-á a versão final do Plano.
10. Em todas as fases de desenvolvimento do PMUS a metodologia deverá ser desenvolvida em estreita articulação com o Município de Ílhavo.

#### **Cláusula 7.ª - Prazo**

1. O contrato mantém-se em vigor desde a data de assinatura do contrato até à conclusão dos serviços contratualizados, em conformidade com os respetivos termos e condições do caderno de encargos sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo global para os trabalhos no âmbito da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável é de 12 meses.
3. O prazo definido no número anterior será alvo de acordo entre o adjudicatário e o Município de Ílhavo, a definir em conformidade com a metodologia de trabalho apresentada, não podendo, contudo, ultrapassar os seguintes prazos máximos para cada uma das fases, que se poderão sobrepor:
  - a) Fase 1 – prazo máximo de 3 meses até conclusão;
  - b) Fase 2 – prazo máximo de 4 meses até conclusão;
  - c) Fase 3 – prazo máximo de 5 meses até conclusão;
  - d) Fase 4 – prazo máximo de 3 meses até conclusão.

#### **Cláusula 8ª - Cronograma Financeiro**

1. O cronograma de pagamento definido pelo Município de Ílhavo, no âmbito do seguinte procedimento é o seguinte.
  - a) Com o início dos trabalhos, 30% do valor total;
  - b) Com o término dos trabalhos inerentes à Fase 1, conforme definidos na Cláusula 6.ª, 15% do valor total;
  - c) Com o término dos trabalhos inerentes à Fase 2, conforme definidos na Cláusula 6.ª, 15% do valor total;
  - d) Com o término dos trabalhos inerentes à Fase 3, conforme definidos na Cláusula 6.ª, 15% do valor total;
  - e) Com o término dos trabalhos inerentes à Fase 4, conforme definidos na Cláusula 6.ª, e consequente finalização dos trabalhos, os restantes 25% do valor total.

#### **Cláusula 9.ª - Obrigações do Prestador de Serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a prestação de serviço a contratualizar no âmbito da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Ílhavo, deverá ser executada de acordo com os princípios estabelecidos para este tipo de planos, nomeadamente, as orientações estabelecidas pela Comissão Europeia.

2. O prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e se revelem adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Forma de Prestação do Serviço**

O contrato será executado em estreita colaboração com o Município de Ílhavo e o prestador de serviços obriga-se a manter as reuniões que se revelem necessárias ao adequado desenvolvimento dos trabalhos com a entidade adjudicante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Transferência da Propriedade**

1. Com a entrega e aceitação dos elementos produzidos, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Ílhavo, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Faturação e Pagamentos**

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário à entidade adjudicante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção das respetivas faturas.
3. As faturas serão emitidas de acordo com o faseamento acordado entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária.
4. As faturas são emitidas em nome do Município de Ílhavo (NIF 506920887), sito na Av. 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo.
5. O Município de Ílhavo, dispõe de sistema de faturação por via eletrónica, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (*E.D.I. - Electronic Data Interchange*), em parceria com a entidade Saphety Level Trusted Services.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Ílhavo, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Caução**

Não é exigida caução

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Sigilo e confidencialidade**

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do contrato de Acordo, e a tratar como confidenciais todos os

documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na prestação de serviços ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.

2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato de Acordo, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Acordo ou dos contratos de prestação de serviços, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade e direito a indemnização se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se como tal, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, alheia à vontade de qualquer uma das partes, de que não fosse possível ter conhecimento à data de outorga do contrato, cujos efeitos não lhe fosse razoável exigir ou contornar e que não derive da falta ou negligência de qualquer uma das partes.
3. .A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, com indicação do prazo previsível para restabelecer a normal prestação de serviços, se aplicável.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas apenas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Direitos de propriedade intelectual**

São da responsabilidade dos cocontratantes os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo e dos contratos celebrados ao seu abrigo, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, demais direitos de propriedade intelectual ou industrial, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Resolução de litígios**

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente o tribunal o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro, à exceção de juízo de competência especializada.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter o litígio à arbitragem.

### **Cláusula 18ª - Notificações e Comunicações**

1. Nos termos do previsto nos artigos 467.º e 468.º do CCP, todas as notificações ou comunicações a efetuar no âmbito do presente procedimento, devem ser efetuadas através de correio eletrónico, para os endereços identificados nos respetivos contratos.
2. Todas as comunicações entre a Entidade Adjudicatária e o Município de Ílhavo ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e a Entidade Adjudicante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número um da presente cláusula, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
  - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
  - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
  - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
  - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
5. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário o Município de Ílhavo e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 09 horas do dia útil seguinte.
6. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato a realizar, só se tornará efetiva após a receção, pelas partes, da respetiva comunicação escrita nos termos do número um da presente Cláusula.

### **Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita do Município de Ílhavo.

### **Cláusula 20.ª – Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 21.ª - Legislação Aplicável**

Em tudo o que o Caderno de Encargos for omissivo, ao contrato a celebrar aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

O Presidente da Câmara,